

A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA DE GRAMSCI

Autora: Sirley Teresa dos Reis ¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas reflexões construídas no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo na disciplina Teoria Política, ministrada pela Professora Silene Freire, e, servem de base para dissertação de mestrado em processo de elaboração. Tem por objetivo analisar as inovações do pensamento de Gramsci na Teoria Social Moderna inaugurada por Marx, destacando sua contribuição para o movimento revolucionário na contemporaneidade.

Palavras-chave: guerra de posição; sociedade civil; contemporaneidade.

I – INTRODUÇÃO

Esse trabalho investiga, no campo epistemológico, as contribuições de Gramsci para a atualização do marxismo na sociedade contemporânea, a partir da análise dos *processos sociais diacrônicos* (Coutinho, 1985), que permeiam a elaboração teórica dos dois autores, em alguns aspectos divergentes.

Surge, daí, a necessidade de desmistificar certa tendência ao reformismo, inadequadamente atribuída a Gramsci, e a inserção de sua teoria nos meios considerados de “esquerda revolucionária”, especialmente aqueles que efetuaram leituras limítrofes tanto de Marx, quanto de Lênin e Stalin, atribuindo-se-lhes um dogmatismo, que *per se*, refutaria tanto as obras quanto as ações políticas concretas destes.

A seguir, elencam-se algumas divergências quanto às práticas revolucionárias existentes entre os Marx e Gramsci, principalmente no que se refere à Guerra de Movimento e Guerra de Posição, enquanto vias de acesso, distintas, da classe proletária ao poder dirigente assim como suas implicações para a (re) inserção do socialismo como alternativa política urgente (e possível) nestes tempos de reestruturação positiva do Estado.

¹ Mestranda em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ. sirley63@yahoo.com.br celular:9616-3131

Como obter a hegemonia, nesse contexto? Ao alijar a população dos centros decisórios, o Estado, mantém os interesses privados da classe dominante e para legitimar-se busca o consenso (domínio ideológico), associado às ações repressivas de seus aparelhos (judiciário: judicialização do direito, esgarçamento da Constituição Federal; militar: criminalização da pobreza). A manutenção do poder, nesse nível, se firma no ressurgimento do patrimonialismo, de uma “cultura da crise” e de políticas focalistas, que dificultam a construção de uma consciência de classe nacional.

Marx e Engels opuseram-se ao reformismo de Proudhon, numa polêmica devastadora sobre o socialismo utópico e, utilizando-se da idéia pauperização absoluta defenderam a tese de uma Revolução Explosiva. Décadas depois, face ao desenvolvimento do capitalismo e a emergência do Estado pactista, eles abandonam algumas das idéias de suas primeiras obras sem retirar-lhes a essência, antes o contrário, aprofundam e contextualizam a centralidade da exploração de uma classe sobre a outra.

Teria Gramsci agido de modo diferente, com menor rigor teórico-metodológico e menor comprometimento político com a causa revolucionária, haveria aqui, a supremacia do *homo politicus* sobre o *homo economicus*? Nossa intenção é demonstrar que não. Gramsci usa o método inaugurado por Marx, atualiza-o.

Sobre o materialismo histórico, afirmara o próprio Gramsci que sua maior potencialidade residia no fato do “marxismo ser um historicismo radical, uma concepção para a qual todos os produtos da vida social são historicamente limitados”. (GRAMSCI, apud LOWY, 1985: 25-29).

Gramsci leva esse historicismo radical “às últimas conseqüências”, isto é, aplica ao próprio marxismo o seu método. Encontramos essa aderência ao fluxo da história, como não poderia deixar de ser, no próprio Marx, quando ao analisar que à onda revolucionária desencadeada em 1848, observou um refluxo “das lutas democráticas e operárias”. Como enfrentá-lo?

Por toda a Europa, “triunfava a reação burguesa e aristocrática”. Marx considerou que o refluxo se devia à nova fase de prosperidade, que sucedia à crise econômica de 1847-1848, e avaliou ser preciso “esperar a crise seguinte a fim de recolocar na ordem do dia objetivos revolucionários imediatos” (GORENDER, 1985).

Essa unicidade e historicidade da teoria social crítica, a partir do método, é que nos parece ter se sustentado desde sua origem até a contemporaneidade. A hipótese dialética fundamental impõe, a cada contexto histórico, as mediações necessárias à compreensão da totalidade concreta.

Entendemos, portanto, que nos dois autores prevalece, portanto, a autocrítica como condição básica de construção do pensamento social que intenta conhecer e transformar a realidade.

Contribuições de Gramsci à atualização da teoria social marxista

Gramsci, ao analisar a conjuntura sociopolítica da Europa Ocidental e Central, afirma ser necessária a invenção de novas estratégias que viabilizem as propostas do socialismo. Defenderá a tese de que às condições objetivas (base material na vertente economicista de tradição marxista) deveria agregar-se a ação política com vistas à hegemonia. Logo, para tornarem-se classe dirigente, os sujeitos coletivos organizados (em partidos, principalmente) deveriam superar o corporativismo, a fragmentação e tornar-se classe nacional dominante (aquela cujas idéias obtiveram o consenso), em outras palavras, “tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais (...) realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo” (GRAMSCI, apud COUTINHO, 1999:67-68), avançando rumo ao socialismo via uma Guerra de Posições, processual, em lugar da Guerra de Movimento, explosiva.

Por que não ocorreu a revolução no Ocidente? Porque os processos histórico-sociais diacrônicos nos quais se deu o desenvolvimento do capitalismo na divisão regional europeia determinaram, no “Oriente”, especialmente na Rússia, condições favoráveis à mobilização das massas às ruas para o assalto revolucionário, enquanto na Europa Ocidental e Central, o maior desenvolvimento do capitalismo

não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também, e em conseqüência, criou o estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas (...) superestruturas políticas que fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI, Carta a Togliati, Terracini e C. apud COUTINHO, 1999:64).

Essa “Guerra de Posições” tem seu centro na questão da hegemonia, conceito elaborado por Gramsci² quando percebeu a impossibilidade de se continuar a afirmar

² Para Semionato, o conceito de hegemonia em Gramsci “oscila entre o velho e o novo, entre a estratégia de inspiração leninista fundada na aliança entre operários e camponeses pobres, aliada à estratégia do consenso de massa. É este último elemento que leva Gramsci a ampliar suas reflexões para a esfera da cultura. Esse é o novo patamar teórico” (SEMIONATO, 2001:37). O próprio Gramsci afirma, em *A Concepção Dialética da História* que “o desenvolvimento do conceito de hegemonia representa – além do progresso político-prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente

que “a fábrica é o território nacional da classe operária”, como o fazia à época dos Conselhos. A conjuntura ocidental requeria que se rompesse os limites do controle da produção econômica, como fim único da luta proletária. O proletariado deveria, para se tornar classe dirigente, exercer a direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais. O enfrentamento do bloco histórico dominante se daria quando a classe operária conhecesse o território nacional, os mecanismos de reprodução global da formação econômico-social que deveriam ser transformadas. Para atingir essa consciência de classe, o proletariado deveria “abandonar a mentalidade corporativista, que se expressa no reformismo, (...) deixando de defender apenas seus interesses imediatos e convertendo-se em classe nacional” (Op. cit, 67). A função dessa classe nacional seria estabelecer a hegemonia, não através de violência ou coerção, mas tornar-se dirigente ao obter o consenso, sendo esta a condição para que possa ser classe dominante.

Quais as implicações teórico-metodológicas dessas afirmativas? Primeiro, que não há um revisionismo da teoria marxista, nos moldes da social-democracia Alemã e sim uma atualização de seus principais fundamentos. Gramsci, apesar de discordar da Revolução Permanente, a tomada do poder via uma “Guerra de Movimentos ou Manobrada”³ mantém acesa a chama da revolução proletária, contextualizando-a a intensa socialização da política da sociedade européia, nas primeiras décadas do século XX. A modernização conservadora, resultante da “revolução passiva ou pelo alto” vivida na Itália, por exemplo, demonstrava os limites dessa investida numa conjuntura na qual as relações entre sociedade civil e sociedade política⁴ são mais equilibradas, baseado nessas observações e nas experiências vividas por Lênin, Stalin e Trotski, na Rússia, e, por Rosa de Luxemburgo, na Polônia, Gramsci, amplia o conceito de Estado sem alterar, contudo, a sua natureza de classes.

uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (GRAMSCI, 1984:21).

³ Quando a conquista e conservação do Estado, é feita geralmente através das armas, tomando-o de assalto.

⁴ O conceito de “sociedade civil”, desde os filósofos naturalistas até Bobbio, tem sofrido alterações. Por ora, interessa-nos destacar as diferenças de concepção entre Marx e Engels e Gramsci. Coutinho, em *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, afirma que, Marx e Engels, seguem o entendimento de Hegel - “sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) designa sempre o conjunto de relações econômicas capitalistas”, denominada por Marx e Engels de base material” ou infra-estrutura. Enquanto a sociedade civil seria a estrutura, o Estado corresponderia à superestrutura; seriam forças antagônicas. Para Gramsci, sociedade civil mais sociedade política compõe o Estado, fazem parte de um complexo de relações políticas, ideológicas e culturais. (COUTINHO, 1994: 53-54).

Se em Marx (*A Ideologia Alemã*, 1845), “o Estado alcançou uma existência particular, do lado e fora da sociedade civil (...) com a finalidade de garantir (para a classe dirigente) suas propriedades e seus interesses”, (MARX e ENGELS, apud COUTINHO, 1985:17), em Gramsci, a sociedade civil integra o Estado, este não possui uma existência particular que oscila entre a superestrutura e a infra-estrutura (separação entre a base material e política, efetuada por Marx). Enquanto forma de organização burguesa o Estado “tem sua gênese nas relações sociais concretas” (Op. cit), estabelecidas e reguladas na divisão sócio-técnica do trabalho. Estabelece, por outro lado, um movimento antagônico entre suas principais expressões: uma classe que domina, explora e acumula riquezas em detrimento de outra classe, que possui somente a si mesma enquanto força de trabalho, para vender no mercado.

Donde se conclui que o poder político, para Marx e Engels, (1848), “é o poder organizado de uma classe sobre a outra”. Sendo o Estado o “comitê executivo da burguesia” (ibidem), que para subsistir, deve “despolitizar a sociedade” apropriando-se de modo monopolista de todas as decisões, de tal maneira que a “política seja uma esfera “restrita” e que a “sociedade civil, enquanto tal seja uma esfera “despolitizada” (COUTINHO, 1985:18). Somente a revolução explosiva poderia mudar a correlação de forças de modo favorável à classe trabalhadora.

Essa proposta era compatível com o momento histórico vivido por Marx-Engels, em 1848, e por Lênin, na Rússia de 1917, cuja debilidade da sociedade civil associou-se ao predomínio quase absoluto do Estado-coerção, características intrínsecas às formações sociais orientais. Desde final do século XVIII até meados do século XIX (1793-1871), Marx e Engels lidavam ou com Estados semi-absolutistas ou com sociedades liberais que ainda não haviam se “ocidentalizado” plenamente, portanto, gelatinosas, fluidas. A natureza burocrática do Estado definido por Marx teria sua materialidade institucional nos aparelhos repressivos e burocrático-executivos que exerceriam o domínio de classe através da coerção (poder de opressão). Coutinho afirma que essa concepção “restrita” de Estado permite a Marx esboçar suas principais idéias no e a partir do contexto efervescente das revoluções burguesas européias.

Mas o próprio Marx, ao publicar, décadas mais tarde, *O Capital*, abandona a teoria da pauperização absoluta considerando que:

talvez tenha vigorado numa etapa do capitalismo, concentrada na exploração da criação de mais-valia, mas que não tem mais validade na época do

predomínio da mais-valia relativa, essa alteração no tipo de exploração, possibilitando uma política de conquistas parciais e de “concessões” aos trabalhadores, modifica também, o próprio modo de atuação do Estado, um fato que será levado em consideração pelo último Engels, ao referir-se ao caráter “pactista” do Estado Moderno” (COUTINHO, 1985: 19-20).

Gramsci também observa essa transitoriedade histórica, tanto quanto Marx e Engels em relação às suas primeiras obras e, acrescenta às afirmativas marxistas, uma teorização ampliada do Estado⁵ renovando a estratégia de transição ao socialismo através das novas táticas para superação do bloco dominante. Resume sua contribuição ao marxismo no que denomina Guerra de Posição, isto é, um conjunto de intervenções da classe operária organizada, em nível nacional, para defesa dos interesses coletivos, desarticulando os aparelhos estatais repressivos ao ocupar seus espaços e abrir, neles, lacunas pelas quais se consolidaria a ação revolucionária. Surge uma nova dimensão (e não ruptura) epistemológica é associada à noção de luta de classes, classe em si e classe para si. Trata-se da luta por hegemonia, da direção política ou do consenso, que conduzirá ao socialismo desde que os operários possam vir a responder às questões ideológicas, ao confronto cultural, aos interesses gerais e permanentes de classe, superando o corporativismo e o sindicalismo.

Metodologicamente, a formação dos partidos políticos, a ocupação estratégica de funções no aparato estatal e a atuação de intelectuais orgânicos, que não subestimem a condição proletária de aprendizado, a conquista do parlamento, são etapas do processo de transformação que institui um novo bloco de poder, com forças democráticas e populares. Essas batalhas, afirmava Gramsci, devem ser travadas, inicialmente, no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições, a direção político-ideológica e de consenso dos setores majoritários da população como condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação. Haveria aqui, a supremacia do *homo politicus* sobre o *homo economicus*? Devemos nos indagar se Gramsci refuta a teoria de Marx, que considera:

⁵ No que foi antecedido por Rosa de Luxemburgo, Lênin, Max Adler e Otto Bauer, cada um a seu modo tentou atualizar o pensamento marxista, eles próprios alvos de críticas por parte de Gramsci. Carlos Nelson Coutinho, em *Dualidade de Poderes* expõe os pensamentos desses autores. Importa-nos a seguinte conclusão de Gramsci “a passagem da guerra de movimento (...) à guerra de posição, também no campo político (...) parece ser a mais importante questão de teoria política colocada pelo período pós-guerra e a mais difícil de ser resolvida corretamente” (GRAMSCI, Quaderni, (p. 2011), apud COUTINHO, 1996 150).

toda sociedade como formada por uma base (ou infra-estrutura) econômica, cujo elemento motor é a dinâmica das forças produtivas, que determinam as relações sociais estabelecidas entre os homens, “relações determinadas, necessárias, independentes da vontade desses homens (*Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859); e esse conjunto define um modo de produção. Em cada época, um modo de produção é dominante. Sobre essa base, “eleva-se” um edifício jurídico e político, ao qual correspondem formas determinadas da consciência social. O modo de produção domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual (CHÂTELET, 2000:129).

Pode-se inferir que existe entre eles uma complementaridade engendrada pelos processos sócio-históricos diacrônicos. Isto é, Gramsci ao deslocar o eixo de discussão para as intervenções sociopolíticas não recusa a importância do antagonismo de classes e do modo de regulação da produção social do trabalho, porém estabelece que o “edifício jurídico político”, não resume toda a superestrutura, compreendida como sociedade civil e sociedade política; que não se restringe a “uma das determinações da consciência social, antes o contrário, fundamenta essa consciência, seja através da violência e coerção seja através do consenso” (GRAMSCI, 1981:17).

Assim, na concepção marxista temos a primazia do modo de produção enquanto em Gramsci, o viés econômico integra o conjunto das demais relações sociais, alterando e sendo alterado por suas múltiplas dimensões. Embora prevaleça a dominância de certo modo de produção e a implicação deste para com o desenvolvimento da vida social, política e intelectual seja, de fato, determinante, as transformações políticas e culturais, promovem, por sua vez, alterações significativas no modo de regulação do modo de produção. Para Châtelet, Gramsci, “mantém-se no quadro do socialismo marxista” e a originalidade de sua contribuição reside no fato de “flexibilizar as relações entre o ideológico-político e o econômico (...) que passa por uma redefinição do Estado e por uma atenção particular ao papel dos intelectuais” (ibidem, 209).

A questão, para Gramsci, está na diferentes sociedades que compõem os Estados da Europa do Norte e do Sul que implicam formas diversificadas para sua superação. Logo, a sociedade civil que se forma em cada contexto histórico, em cada nação, tem vinculações específicas com as condições político-ideológicas e culturais, assim:

Nos Estados mais avançados, (...) a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna (GRAMSCI, Cadernos (p. 810), apud COUTINHO, 1996:152).

É nesse sentido que Gramsci utilizará a noção de “crise orgânica” para definir que não há uma sequência entre crises econômicas e respostas imediatas, bruscas ou explosivas a estas crises. Os diferentes níveis da crise orgânica expressam “uma maior autonomia do político” (Op. cit) implicando em soluções de médio e longo prazo para o seu enfrentamento, na “construção de um novo bloco histórico (...) com novas articulações entre economia e política, entre infra-estrutura e superestrutura” (ibidem 152). Desse modo, caberá à filosofia observar os graus dessa estrutura de modo dialético, isto é, na sua crítica:

Numa filosofia da práxis, a distinção certamente não será entre os momentos do espírito absoluto, mas entre os graus da superestrutura, tratando-se, portanto, de estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente) como determinado grau superestrutural. Isto é, para Gramsci, uma filosofia da *práxis* só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente) (GRAMSCI, 1981:18).

É esta atitude, fincada no método materialista histórico dialético, não em dogmas, que permite a Gramsci opor-se às estratégias de Trotsky e Rosa de Luxemburgo e questionar os reformistas, adeptos de “uma cultura marxista marcada pelo positivismo mecanicista e passivo, uma síntese entre marxismo e darwinismo”.

Para além dos “falsos dilemas entre reforma e revolução, posições bipolares que disputavam posições dentro da Internacional Comunista”, Gramsci, identificado com o radicalismo, porém insatisfeito com “sua passividade e verbalismo vazio” e, seguindo o pensamento leninista⁶, vai destacar a importância dos elementos culturais na luta pelo socialismo. Defenderá a criação de “condições subjetivas da práxis revolucionária” que levariam à superação do individualismo e a construção de uma consciência nacional capaz de estabelecer a contra-hegemonia, isto é, a formação de um bloco histórico de caráter revolucionário. Cremos haver demonstrado nas referências acima que o pensamento social de Gramsci, propõe um novo modelo de socialismo⁷, sendo um dos seus mais ferozes críticos sem, contudo, abandonar suas trincheiras, Gramsci define o

⁶ Segundo Semeraro, “o próprio Lênin, nos últimos anos de sua vida, diante das dificuldades de ver repetida a experiência excepcional da revolução de 1917, havia se posto o problema de elaborar estratégias revolucionárias novas para os países ocidentais. Passada a precipitação dos eventos revolucionários, começou a defender a necessidade de “recuo” para acumular forças na frente cultural e desenvolver maiores capacidades políticas” (SEMERARO, 1999:30).

⁷ A este respeito ver em *Atualidade de Gramsci*, de Carlos Nelson Coutinho.

caminho para sua construção e os meios para atingi-lo: as lutas sociais engendradas pela sociedade civil.

Atualmente, o neo-keynesianismo e o neo-capitalismo não lograram êxito em eliminar da cena política, totalmente, as forças sociais de resistência, permanece a luta de classes, com elas ressurgem alternativas para superação do capitalismo, ora, é exatamente neste cenário, que o pensamento de Gramsci revigora.

Em sua obra, a superestrutura é um conjunto no qual sociedade civil e sociedade política se enfrentam e se constituem reciprocamente, isto é, os embates promovidos no seu interior redesenham as ações políticas e os sujeitos coletivos responsáveis por elas. A luta se processa molecularmente, uma força concêntrica empurra os dois principais protagonistas (Estado e sociedade civil) de modo que é impossível a um mover-se sem arrastar consigo o outro. Para os profissionais que atuam nas políticas públicas as estratégias de intervenção direcionadas às transformações societárias passam pela força ético-política de suas deontologias e pelo radicalismo de seus compromissos com a emancipação dos sujeitos coletivos.

Gramsci indica-nos caminhos a serem percorridos nesta direção. A cultura e a política deixam de ser territórios exclusivos da classe que possui as idéias dominantes, tornam-se territórios férteis à germinação de novos blocos históricos capazes de responder aos desafios postos ao socialismo nestes tempos de retorno à barbárie, isto se os intelectuais orgânicos atuarem na formação da consciência nacional.

Quando analisamos a formação social brasileira nos deparamos com um *ethos* de cordialidade, democracia social, de uma sociedade híbrida, construídos de modo a enevoar a potência da sociedade civil em fazer a revolução. Transitamos de uma burguesia passiva e dependente para um neoliberalismo voraz que opera a mutação do cidadão em cliente-consumidor, reduz a sociedade civil ao terceiro setor e regula a função protetiva do Estado (deve administrar a pobreza com políticas focalizadas).

Decorre daí, a despolitização das massas, a apatia dos movimentos sociais, dos sindicatos profissionais e partidos políticos face à violência e coerção usados para fragmentar as lutas dos sujeitos coletivos e impedir que se transformem as condições sócio-históricas de superação do modo capitalista de regulação das relações sociais. Tendendo à falsa premissa de “fim da história ou das ideologias”, que, nos termos gramscianos, representaria apenas “a ideologia de pequenos grupos” e não “a ideologia como expressão da práxis interativa” Simionato (2001), muitos sujeitos políticos, mesmo de esquerda, retomam o velho debate entre o reformismo e a revolução

explosiva como se isso conduzisse à ação revolucionária. Não ocorreu antes, muito menos se dará na contemporaneidade, pois à ordem dominante interessa a naturalização da barbárie, das desigualdades sociais. Interessa sobretudo que os socialistas fiquem a disputar entre suas próprias trincheiras, se o poder será tomado após o almoço ou se à noite ele fatalmente cairá, “falsos dilemas entre reforma e revolução”, combatidos por Gramsci, que favorecem idéias de fim da luta de classes, de existência de lutas; estas sim, falsas idéias desmentidas pelas manifestações populares de imigrantes na França, Itália e Estados Unidos, desde 2006, ou, pelas manifestações de trabalhadores na Alemanha e Grécia, este ano.

As respostas do Estado às crises econômicas nos últimos anos, na verdade, descortinam condições de seu enfrentamento por parte das classes subalternas. Como demonstrou a teoria social crítica, a totalidade concreta nos permite reconhecer a impossibilidade de uma ideologia dominante absoluta, homogênea, logo, nas fissuras internas desta realidade, em que muitos apresentam o que foi chamado por Gramsci de “conformismo”, se erigem formas outras de lutas, novas estratégias que tornam a Guerra de Posição o antídoto da mesmice e da despolitização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Oliver; KOUCHNER, Evelyne Pisier. O Estado-Partido. In: CHÂTELET, F. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1994. (pp. 09-69).
- _____. A Estratégia Socialista no “Ocidente”. 1. Guerra de Movimento e Guerra de Posição. In: _____ Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. (pp. 147-164).
- _____. A dualidade de poderes. São Paulo: Editora Braziliense, 1985. (pp. 07-80).
- GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 Ed. Civilização Brasileira. Cap. I Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico. (pp.12-30).
- LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista São Paulo: Editora Cortez. 1985
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A História dos Homens. In: MARX, Karl. A Ideologia Alemã. Coleção os Grandes Cientistas. (pp.184-214).
- _____. Manifesto Comunista do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Lisboa: Estampa. 1976.
- _____. O capital: crítica da economia política. Apresentação Jacob Gorender; Coord. e revisão: Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e sociedade civil. Cultura e Educação para a Democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SIMIONATO, Ivete. A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro. Belém: Revista Trilhas, vol. 2. N 1. 2001.